

AGENDA LEGISLATIVA SEMANAL

SENADO FEDERAL

Plenário – 07 e 08/11

Entre as PECs pautadas, constam:

- **PEC 08/2021**, que altera a Constituição Federal para dispor sobre os pedidos de vista, declaração de inconstitucionalidade e concessão de medidas cautelares nos tribunais.
- **PEC 45/2019**, que Altera o Sistema Tributário Nacional.

Entre os projetos, destacam-se:

- **PL 3045/2022**, que trata da Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- **PL 1269/2022**, que acrescenta o art. 16-A à Lei nº 8.429 de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal, para disciplinar os efeitos jurídicos decorrentes das declarações de indisponibilidade de bens.

Outras matérias poderão ser deliberadas mediante acordo de líderes.

CPI das ONGs – 07/11 - 11h - Plenário 06

A a CPI das ONGs ouve o depoimento do presidente do Ibama, Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça, que foi convidado para falar sobre a atuação das ONGs e da sociedade civil de interesse público (Oscips) na Amazônia.

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 07/11 - 10h - Plenário 03

Consta na pauta da CCJ de terça-feira (07) a reforma tributária ([PEC 45/2019](#)). A expectativa é que o [relatório](#) do senador Eduardo Braga (MDB-AM) seja aprovado e enviado ao Plenário para ser analisado na quarta-feira (8), conforme já consta na pauta do Senado. A CCJ analisará as três PECs sobre o tema que tramitam em conjunto (PEC 45/2019, PEC 46/2022 e PEC 110/2019).

Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) - 08/11 - 10h - Plenário 03

ITEM 1 - [PL 3453/2021](#), que dispõe sobre o resultado de julgamento em matéria penal ou processual penal em órgãos colegiados e sobre a concessão de habeas corpus de ofício.

O relator, Senador Weverton, apresentou [parecer](#) Favorável ao Projeto e à Emenda nº 8, e contrário às demais Emendas.

ITEM 3 – [PEC 10/2023](#), que Altera a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público. O relator, senador Eduardo Gomes ainda não apresentou o parecer da matéria.

ITEM 6 – [PL 4337/2023](#), que Altera dispositivos da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992) e da Lei de Ação Civil Pública (Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985), para dispor sobre a omissão do membro do Ministério Público em propor acordo de não persecução civil ou ajustamento de conduta.

O relator, senador Izalci Lucas, apresentou [parecer](#) pela aprovação da matéria.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário – 07 a 09/11

O Plenário da Câmara ainda não teve pauta divulgada para esta semana.